

30-01-2020



CPCJ

COMISSÃO DE PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

MONTALEGRE

Relatório Anual de Atividades e Avaliação 2019

***“É preciso uma aldeia para educar uma
criança”***

Provérbio africano

Conteúdo

I. MISÃO	2
II. INTRODUÇÃO	2
1 Composição da CPCJ de Montalegre	3
a) Composição da Comissão Alargada	3
b) Composição da Comissão Restrita	3
III. AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES	5
1 Atividades de Prevenção realizadas no ano de 2019	5
a) Participação na Feira do Livro de Montalegre e Mosta EDUC@	5
b) Comemoração do Dia Mundial da Criança	5
c) Manutenção/atualização da página oficial, no Facebook, da CPCJ Montalegre	5
d) Comemoração do MPMT – Mês da Prevenção dos Maus Tratos Infantis	6
e) Participação na Campanha Nacional “Estendal dos direitos”	6
f) Campanha “SER +”	6
g) Ações a realizar em colaboração e parceria com o Projeto “Crescemos Juntos”	7
h) Brincar +	7
IV. ANÁLISE PROCESSUAL	8
V. AVALIAÇÃO PROCESSUAL 2019	10
1 Caraterização processual 2019	10
2 Crianças/Jovens acompanhados por faixa etária/género/deficiência 2019	10
3 Crianças/Jovens acompanhados por nacionalidade	10
4 Problemática sinalizada por escalão etário/género 2019	11
5 Entidades sinalizadoras em processos 2019	12
6 Modalidade de contacto em processos 2019	12
7 Crianças/Jovens dos 0 – 5 anos acompanhados por apoio socioeducativo	12
8 Procedimentos de urgência acionados em 2019	12
9 Crianças/Jovens dos 6 – 21 anos acompanhados por escolaridade	13
10 Crianças acompanhadas por modalidade de ensino	13
11 Acordos de Promoção e Proteção celebrados por medida em 2019	13
12 Crianças /Jovens acompanhados por escalão etário/problemática diagnosticada ..	14
13 Medidas em Meio Natural de Vida – Apoio Económico	14
14 Processos Arquivados/Cessados liminarmente por motivo 2019	14
15 Processos ativos por fase processual e problemática sinalizada	15
16 Processos Arquivados/Cessados por motivo	15

I. MISSÃO

“Contribuir para a promoção dos direitos de todas as crianças e jovens residentes no concelho de Montalegre, e para a sua proteção, em situação de perigo”

II. INTRODUÇÃO

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre, adiante designada por CPCJ Montalegre, foi criada pela Portaria nº 430, de 18/04/2005 e iniciou funções a 25/01/2005. É uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral.

As CPCJ são regidas pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro (LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), com ulteriores alterações, normativo que determina e regulamenta os princípios orientadores da intervenção das CPCJ.

O modelo de funcionamento das CPCJ é um modelo de “Governança integrada”, multidisciplinar e interinstitucional onde todos os recursos da comunidade são colocados ao serviço da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens do concelho de Montalegre. Funciona em duas modalidades: Modalidade Restrita e Modalidade Alargada.

A Comissão Restrita da CPCJ Montalegre é constituída por 5 elementos representativos de outros tantos serviços e funciona em equipa com a função específica de intervir diretamente nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo ao mesmo tempo que gere e instrui os consequentes processos de promoção e proteção. Esta comissão funciona, em permanência, durante 24 horas, através de um telemóvel (962 188 874) e reúne quinzenalmente, na primeira e terceira sexta-feira de cada mês. As restantes sextas-feiras do mês são destinadas a trabalho administrativo nos processos e aplicação informática, em atendimentos e em visitas domiciliárias.

A Comissão Alargada da CPCJ Montalegre funciona em plenário com 14 membros, em representação de outras tantas entidades definidas e determinadas pelo artigo 17º da LPCJP – Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo. A esta Comissão

Alargada compete desenvolver ações de prevenção do perigo e de promoção dos direitos das crianças e jovens do concelho de Montalegre, em articulação e cooperação com as instituições aí representadas.

1 Composição da CPCJ de Montalegre

a) Composição da Comissão Alargada

NOME	Entidade Representada (art.º 17º)	Valência técnica	Horas/semana
Maria Irene Esteves Alves	a) Município	Serviço Social	8
Odete Caveiro Marcos	b) Segurança Social	Serviço Social	4
Belmira Molar Ferreira Mendes	c) Educação	Pedagogia	17,5
Mª Ester Fernandes dos Santos	d) Saúde	Saúde	4
João Carlos Moura Rodrigues	e) IPSS/resposta não residencial	C. Comunicação	8
Maria de Lurdes Vaz da Silva	f) IEFP	Psicologia	2
Sílvio Domingos Pires Magalhães	h) Associações de pais	Outra	2
João Renato Marcelino Monteiro	i) Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas	Outra	2
Paulo Reis dos Santos	j) Associações de Jovens	Outra	2
Vitor Manuel Gonçalves Esteves	K) Forças de segurança-GNR	Outra	2
Ana Isabel Alves Dias	i) Cidadãos eleitores designados pela AM	Serviço Social	2
Ana Maria Barros Martins	i) Cidadãos eleitores designados pela AM	Pedagogia	2
Maria Gorete Barroso Afonso	i) Cidadãos eleitores designados pela AM	Pedagogia	2
Mª de Fátima Silva Crespo Luísa Leonor Lopes Pires	i) Cidadãos eleitores designados pela AM	Pedagogia	2

b) Composição da Comissão Restrita

NOME	Entidade Representada (art.º 17º)	Valência técnica
Maria Irene Esteves Alves	a) Município	Serviço Social
Odete Caveiro Marcos	b) Segurança Social	Serviço Social
Belmira Molar Ferreira Mendes	c) Educação	Pedagogia
Mª Ester Fernandes dos Santos	d) Saúde	Saúde
João Carlos Moura Rodrigues	e) IPSS/resposta não residencial	C. Comunicação
Ana Rita Velho Pedreira	Apoio técnico/administrativo	Sociologia

Durante o último ano de 2019 não houve qualquer alteração na composição da Comissão Restrita. Quanto á Comissão Alargada, apenas foi necessária a substituição de um dos membros designados pela Assembleia Municipal, na sequência do pedido de demissão de Maria de Fátima Silva Crespo e, foi esta substituída por Luísa Leonor Lopes Pires.

No trabalho processual da comissão restrita foi recebida, apenas, um pedido de colaboração de outra comissão, da CPCJ de Chaves.

Ainda, em jeito de avaliação, não podemos deixar de referir as ótimas relações desta CPCJ com o Interlocutor do Ministério Público que mostrou sempre disponibilidade para receber os membros da CPCJ, respondendo a questões ou dúvidas na resolução de situações concretas e que, trimestralmente fez visitas às instalações da CPCJ para avaliação de Processos de Promoção e Proteção. Participou numa das reuniões da Comissão Alargada. De referir, também, a disponibilidade e empenho do Município de Montalegre na solução e resolução das questões logísticas, financeiras e administrativas desta CPCJ. O material Informático foi substituído e aumentado e a técnica superior que tinha designado, no ano anterior, para apoiar administrativamente a CPCJ, passou a estar disponível, também, para apoio Técnico.

Sendo que durante este ano de 2019 a CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens disponibilizou, a nível nacional, formação profissional para todos os membros das CPCJ, quatro dos cinco membros da Comissão Restrita frequentaram as 5 ações de formação disponibilizadas e um dos membros, a representante da educação, frequentou 3 das ações. Quanto aos elementos da Comissão Alargada, a quem a CNPDPCJ disponibilizou uma ação de formação, apenas dois dos membros, um designado pela Assembleia Municipal e outro representante das associações desportivas, culturais ou recreativas, frequentaram a mesma.

III. AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES

1 Atividades de Prevenção realizadas no ano de 2019

a) Participação na Feira do Livro de Montalegre e Mosta EDUC@

Data: Primeira semana do mês de Junho

Público-alvo: Toda a Comunidade Educativa e Público em geral

Objetivo: Divulgar a CPCJ junto de toda a Comunidade, mostrar publicamente as “caras” da CPCJ, informar sobre os direitos das crianças.

Ação: Montagem de stand próprio na Feira, com informação sobre os direitos ad Criança e Atividades da CPCJ.

Parceiros: Município/ Biblioteca Municipal, Agrupamento de Escolas dr. Bento da Cruz, Creche da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, IPSS do concelho.

b) Comemoração do Dia Mundial da Criança

Data: Dia Mundial da Criança/1 de Junho

Público-alvo: Todas as crianças do concelho

Objetivo: Dar visibilidade e comemorar o Dia Mundial da Criança.

Ação: Participação e colaboração com a Autarquia e Agrupamento de escolas Dr. Bento da Cruz nas atividades programadas (Jogos, distribuição de prendas, lanches, espetáculos, etc).

Parceiros: Autarquia/Biblioteca Municipal e Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Creche da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

c) Manutenção/atualização da página oficial, no Facebook, da CPCJ Montalegre

Data: Durante todo o ano de 2019

Público-alvo: Jovens que utilizam as redes sociais

Objetivo: Disponibilizar e difundir informação sobre a CPCJ e sobre temáticas ligadas á promoção dos direitos e á proteção das crianças e jovens.

Ação: Atualização da página pelo menos uma vez por mês.

Parceiros: N.A.

d) Comemoração do MPMT – Mês da Prevenção dos Maus Tratos Infantis

Data: Todo o mês de abril

Público-alvo: Público em geral e crianças

Objetivo: Sensibilizar para a problemática dos maus tratos, a sua denúncia e a informação sobre a moldura criminal deste comportamento;

Ações: Distribuição/colocação de cartazes; difusão da história do laço azul na Rádio Montalegre em que foram as crianças as protagonistas, contando a história; distribuição de laços a todas as crianças; colocação de Laço Gigante na Praça do Município; Realização de ações lúdico-pedagógicas de sensibilização para a temática dos maus tratos, em parceria com o jardim-de-infância no âmbito do projeto “Nas asas do vento”.

Parceiros: Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Município/Biblioteca Municipal e RCBM - Rede concelhia de Bibliotecas de Montalegre -Projeto “Crescemos Juntos”.

e) Participação na Campanha Nacional “Estendal dos direitos”

Data: Todo o Mês de Novembro

Objetivo: Aumentar a consciência pública acerca da convenção sobre os direitos da criança; aumentar a consciência das crianças sobre os seus direitos e facilitar a integração plena das crianças e jovens no processo de desenvolvimento dos seus direitos.

Ações: Realização de estendal dos direitos nas instalações das diversas instituições parceiras; conversa, na Rádio Montalegre, com algumas crianças onde estas falaram sobre os dez direitos;

Parceiros: Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Município - Projeto “Crescemos juntos”; Biblioteca Municipal, Rádio Montalegre, S.C.M. de Montalegre e Centro de Saúde de Montalegre.

f) Campanha “SER +”

Data: Durante o mês de dezembro

Objetivo – Promover o sorriso natalício nas crianças.

Ações: Recolha de brinquedos e livros para distribuição a crianças carenciadas.

Parceiros: Biblioteca Municipal/Município e Núcleo de Inserção Social/Segurança Social.

g) Ações a realizar em colaboração e parceria com o Projeto “Crescemos Juntos”

Data: Todo o ano

Objetivos: Dotar os pais com ferramentas que potenciem as suas competências e promovam práticas parentais positivas através de apoio especializado e individualizado, ações de formação e sensibilização.

Ações: Acompanhamento individualizado de pais de crianças acompanhadas na CPCJ.

Parcerias: Município de Montalegre - Equipa Multidisciplinar do projeto Municipal de intervenção no sucesso educativo e no abandono escolar.

h) Brincar +

Data: Durante o ano letivo

Objetivo: Contribuir para que todas as crianças tenham uma infância feliz, promovendo o direito de brincar, consagrado no art.º 31º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, enquanto fator determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança.

Ações: Promoveu-se a atividade lúdica, recreio, socialização, convívio, fazendo uso dos jogos e brinquedos tradicionais.

Parceria: Município de Montalegre/RCBM/IAC/agrupamento de escolas Dr. Bento da Cruz.

IV. ANÁLISE PROCESSUAL

O número de Processos de Promoção e Proteção instaurados pela CPCJ, no ano de 2019, teve uma descida relativamente ao ano anterior. No ano de 2016 foram abertos 8 (oito) processos, em 2017 foram abertos 13 (treze) e no ano de 2018 foram abertos 26 processos e, no presente ano em avaliação (2019), foram abertos 17 processos. Acumulando com estes dezassete processos foram acompanhados mais 14 (catorze) que transitaram, 1 (um) do ano de 2014, e 13 (treze) do ano de 2018, num total de 31 (trinta e um) processos acompanhados durante o ano de 2019.

A alteração nas problemáticas que estiveram na origem da abertura dos processos, e cuja tendência se vem demonstrando nos últimos dois anos, continua a verificar-se, a par do aumento das idades dos jovens acompanhados. Em anos anteriores, a negligência foi sempre a problemática que originou a abertura de mais processos. No presente ano, em análise, as problemáticas são mais variadas, tendo aumentado o grau de violência que esteve na origem da abertura de alguns. Dos 31 processos acompanhados são de salientar 6 (seis) por exposição ao crime de violência doméstica, 7 (sete) por comportamentos graves e antissociais, 2 (dois) por consumo de estupefacientes no espaço escolar, 1 (um) por ofensa física, e 1 (um) por abuso sexual.

De referir, com alguma preocupação, também, que são os menores, ainda na escolaridade obrigatória, que se recusam a frequentar a escola por considerarem que seria mais importante ir trabalhar, ou a frequentam sem qualquer motivação ou interesse. Esta falta de interesse está quase sempre ligada aos comportamentos disruptivos e antissociais que originam a abertura de alguns dos processos. Se, por um lado os próprios pais não valorizam a escola, por outro também os jovens dizem não ter motivação para frequentar o ensino regular nem uma formação profissional em áreas que “nada lhes diz”. Esta questão, consequência da diminuição do número de alunos que obriga á limitação do número de turmas e consequentes áreas de formação, vem-se arrastando de anos anteriores, mas com tendência de aumento e deixa os jovens, os pais, a CPCJ e o próprio tribunal, sem grandes alternativas de resolução deste problema porque, efetivamente não existem, na comunidade, recursos alternativos de cumprimento da escolaridade obrigatória.

No presente ano apenas foi **reaberto** um processo, se bem que a problemática que lhe esteve na origem não foi a mesma.

Quanto ao género das crianças e jovens sinalizados e acompanhados, a maioria são do sexo masculino, situando-se entre os 15 (quinze) e os 18 (dezoito) anos de idade.

A entidade que mais sinaliza crianças e jovens em perigo continua a ser a escola, tendo sido responsável pela sinalização de 10 (dez) crianças /jovens acompanhados.

Com 6 (seis) sinalizações, foram as forças de segurança a segunda entidade que mais crianças e jovens sinalizaram, a sua maioria decorrentes da denúncia do crime de violência doméstica.

No ano de 2019 esta CPCJ não teve qualquer procedimento de urgência e não aprovou qualquer apoio económico, no âmbito das medidas em meio natural de vida.

No total dos 31 (trinta e um) processos acompanhados foram arquivados 17 (dezassete) processos, 5 (cinco) dos quais porque, na fase de diagnóstico não se confirmou a situação de perigo. De salientar, também, o número de processos que foram remetidos ao Ministério Público por não cumprimento reiterado do Acordo de Promoção e Proteção, quer pelos jovens, quer pelos seus cuidadores.

Quanto aos 14 (catorze) processos ativos que transitam para o ano de 2020, 2 (dois) estão em fase de análise preliminar, 1 (um) em fase diagnóstica., 1 (um) em fase de deliberação e contratualização e a maioria, 10 (dez), já estão em fase de Execução e acompanhamento do seu PI – Plano de Intervenção. As problemáticas que lhe estão subjacentes centram-se, sobretudo, nos comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina, 4 (quatro) na exposição a atos de violência doméstica e no abandono escola.

V. AVALIAÇÃO PROCESSUAL 2019

1 Caracterização processual 2019

Entrada de processos		Saída de processos	
Transitados do ano de 2014	1	Arquivados em fase preliminar	1
Transitados do ano de 2018	13		
Instaurados	16	Arquivados em fase pós-preliminar	16
Reabertos	1		
TOTAL Entradas	31	TOTAL Saídas	17
TOTAL DE PROCESSOS ATIVOS	14		

2 Crianças/Jovens acompanhados por faixa etária/género/deficiência 2019

Escalão etário	Sexo	Processo transitado	Processo instaurado	Processo reaberto	Global	Crianças c/ deficiência
0-2	Feminino	1	1		2	0
	Total		1		2	
3-5	Feminino	1	1		2	
	Total	1	1		2	
6-8	Masculino		1		1	
	Feminino		2		2	
	Total		3		3	
9-14	Masculino	2	2	1	4	
	Feminino	1	1		2	
	Total	3	3		8	
15-18	Masculino	7	4	0	11	
	Feminino	2	4		6	
	Total	9	8	0	17	
N.º de processos		14	16	1	31	0

3 Crianças/Jovens acompanhados por nacionalidade

País	Nº de Processos			
	Processo transitado	Processo instaurado	Processo reaberto	Global
Portugal	13	11	1	25
Brasil	1	1	0	2
Desconhecida		4		4
Total de processos	14	16	1	31

4 Problemática sinalizada por escalão etário/género 2019

Escalão etário	Sit. Perigo	Sexo	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global	
0-2	Violência doméstica	Feminino		1		1	
	Falta de supervisão familiar	Feminino	1			1	
3-5	Violência doméstica	Feminino	1			1	
	Falta de supervisão familiar	Feminino		1		1	
6-8	Violência doméstica	Masculino		1		1	
	Ao cuidado de terceiros	Feminino		1		1	
	Falta de supervisão familiar	Feminino		1		1	
9-10	Violência doméstica	Masculino			1	1	
	Outros comportamentos	Feminino	1			1	
	Abuso sexual	Feminino		1		1	
11-14	Violência doméstica	Masculino	1			1	
	Outros comportamentos	Masculino	1			1	
	Falta de supervisão familiar	Masculino		2		2	
15-18	Negligência	Masculino	1			1	
	Comportamentos graves antissociais	Masculino	1	2		3	
		Feminino	1	3		4	
	Consumo de estupefacientes	Masculino	1	1		2	
	Violência doméstica	Masculino	1			1	
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar da criança	Masculino			1		1
		Feminino			1		1
	Absentismo/Abandono escolar	Masculino	3			3	
Ofensa física por castigo corporal	Feminina	1			1		
Total Processos			14	16	1	31	

5 Entidades sinalizadoras em processos 2019

Entidade	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
Atendimento dos serviços de Segurança Social		1		1
Autoridade policial		6	0	6
Estabelecimentos de ensino	7	3	0	10
Estabelecimentos de saúde	1		1	2
Ministério público	3	1		4
Sem informação/anónimas		4		4
CPCJ	1			1
Vizinhos	1			1
Familiares	1			1
APAV		1		1
Total Processos	14	16	1	31

6 Modalidade de contacto em processos 2019

Modalidade de contacto	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
Correio eletrónico	1	5	1	7
Escrito		5		5
Outra. Qual?		1		1
Presencial		2		2
Telefónico		2		2
Não aplicáveis	17			17
Total Processos	18	15	1	34

7 Crianças/Jovens dos 0 – 5 anos acompanhados por apoio socioeducativo

Apoio sócio educativo	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
N/ caracterizados	2	2	0	4
Total Processos	2	2	0	4

8 Procedimentos de urgência acionados em 2019

Situações de urgência	Nº de processos
	0
Total de Processos	0

9 Crianças/Jovens dos 6 – 21 anos acompanhados por escolaridade

Escalão etário	Grau de escolaridade	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
6-10	Ensino pré-escolar	1	1		2
	1º CEB	1	2	1	4
11-14	2º CEB incompleto	2	2		4
15-18	3.º Ciclo incompleto		1		1
	Ensino secundário incompleto	5	2		7
	2.º Ciclo Básico incompleto				
	2.º Ciclo Básico completo	1			1
	3º Ciclo incompleto		2		3
	Curso profissional nível 2	1	4		5
	Outro. Qual?	1			
Total Processos		12	14	1	27

10 Crianças acompanhadas por modalidade de ensino

Tipo de ensino	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
Ensino profissional - Centro de Formação	1			1
Outra. Qual?				
Ensino Regula	10	10	1	21
Técnico-profissional na escola	1	4		5
Total Processos	12	14	1	27

11 Acordos de Promoção e Proteção celebrados por medida em 2019

Escalão etário	Tipo de medida provisória	Sexo	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
6-8	Apoio junto de outro familiar	Masculino		1		1
	Apoio junto dos pais	Feminino		1		1
9-10	Apoio junto dos pais	Masculino			1	1
		Feminino	1	1		2
11-14	Apoio junto de outro familiar	Masculino	1			1
	Apoio junto dos pais	Masculino	1	1		2
15-18	Acolhimento familiar	Masculino	1			1
	Apoio junto dos pais	Masculino	4	2		6
		Feminino	1			1
Total Processos			9	6	1	16

12 Crianças /Jovens acompanhados por escalão etário/problemática diagnosticada

Escalão etário	Problemática diagnosticada	Sexo	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
6-8	Violência doméstica	Masculino		1		1
	Ao cuidado de terceiros	Feminino		1		1
	Falta de supervisão familiar	Feminino		1		1
9-10	Violência doméstica	Masculino			1	1
	Outros comportamentos	Feminino	1			1
	Abuso sexual	Feminino		1		1
11-14	Violência doméstica	Masculino	1			1
	Outros comportamentos	Masculino	1			1
	Falta de supervisão familiar	Masculino		2		2
15-18	Negligência	Masculino	1			1
	Comportamentos graves antissociais	Masculino	1	2		3
		Feminino	1	3		4
	Consumo de estupefacientes	Masculino	1	1		2
	Violência doméstica	Masculino	1			1
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar da criança	Masculino		1		1
		Feminino		1		1
	Absentismo/Abandono escolar	Masculino	3			3
Ofensa física por castigo corporal	Feminina	1			1	
Total Processos			12	14	1	27
Total Processos			44,44%	51,85%	3,70%	100

13 Medidas em Meio Natural de Vida – Apoio Económico

Tipo de medidas	Tipo de apoio	Montante
	Periódico	0,00
	Pontual	0,00
Total		0,00

14 Processos Arquivados/Cessados liminarmente por motivo 2019

Motivo de arquivamento	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
Abertura de processo indevidamente por informação incorreta na sinalização	1			1
Número de processos	1	0	0	1

15 Processos ativos por fase processual e problemática sinalizada

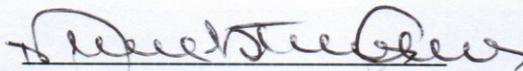
Problemática	Análise preliminar	Avaliação diagnóstica	Deliberação e contratualização	Execução e acompanhamento	Ativos
Negligência				1	1
Abandono Escolar				1	
Outros comportamentos				1	1
Comp. graves antissociais ou/e de indisciplina		1		2	4
Violência doméstica			1	1	3
Falta de supervisão e acompanhamento familiar	2			2	3
Consumo de estupefacientes				1	1
Abuso sexual				1	1
Número de processos	2	1	1	10	14
Total Processos	14,29%	7,14%	7,14%	71,43%	100

16 Processos Arquivados/Cessados por motivo

Motivo de arquivamento	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
A situação de perigo já não subsiste	3	1		4
A situação de perigo não se confirma	1	4		5
Cessaçã o da medida	1			1
Cessaçã o da medida - A situação de perigo já não subsiste	1			1
Encaminhamento para entidade com competência em matéria de Infância e Juventude	1			1
Por ter passado a residir fora do território Nacional	1			1
Remessa de processo ao Tribunal - Não cumprimento reiterado do APP	3			3
Número de processos	11	5		16

Aprovado em reunião da Comissão Alargada de dia 31 de janeiro de 2020

A Presidente da CPCJ de Montalegre



Maria Irene Esteves Alves